

STJ00117361

Ingo Wolfgang Sarlet
Jayme Weingartner Neto

Constituição e Direito Penal

— TEMAS ATUAIS E POLÊMICOS —



livraria
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2016

STJ00117361

©

Ingo Wolfgang Sarlet
Jayme Weingartner Neto
2016

Capa, projeto gráfico e diagramação
Livraria do Advogado Editora

Revisão
Rosane Marques Borba

Direitos desta edição reservados por
Livraria do Advogado Editora Ltda.
Rua Riachuelo, 1300
90010-273 Porto Alegre RS
Fone: 0800-51-7522
editora@livrariadoadvogado.com.br
www.doadvogado.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Introdução e apresentação	9
1. Dignidade da pessoa humana e constitucionalização do sistema penal	15
1.1. Preliminarmente	15
1.2. Dignidade do Estado Constitucional: conceito, dimensões e funções.....	17
1.3. Dignidade na Constituição de 1988.....	25
1.3.1. Fundamento e tarefa do Estado Democrático de Direito	25
1.3.2. Abertura material dos direitos e garantias fundamentais	30
1.3.3. Direitos de defesa e a prestações, deveres de proteção	35
1.3.4. Parâmetro interpretativo e critério para intervenções restritivas	40
1.4. Considerações finais	42
2. Liberdade de reunião e manifestação no horizonte do protesto social	45
2.1. Preliminarmente	45
2.2. As liberdades comunicativas e o núcleo do direito fundamental de reunião e manifestação	47
2.2.1. Noções gerais	47
2.2.2. A liberdade de reunião na Constituição de 1988.....	49
2.2.2.1. Reunião, conceitos e elementos	49
2.2.2.2. Âmbito de proteção como direito negativo e positivo.....	53
2.2.2.3. Limites e restrições	55
2.3. Manifestantes, vândalos e mascarados: o pluralismo da voz das ruas na tensão das leis penais	60
2.4. Considerações finais	65
3. Tortura no prisma penal	67
3.1. Preliminarmente	67
3.2. A proibição da tortura e de tratamento desumano e degradante	69
3.3. A opção legislativa e a construção de soluções típicas diferenciadas: tortura, lesões corporais, maus-tratos	73
3.4. Considerações finais	80

4. Algemas e Súmula Vinculante nº 11.....	83
4.1. Preliminarmente.....	83
4.2. Dignidade como proibição de humilhação e a gênese da Súmula	85
4.3. Violação da Súmula e nulidade do ato processual em três distintas ocorrências: algemas midiáticas, no Plenário do Júri e na sala de audiência ..	90
4.4. Considerações finais.....	98
5. Interrogatório e leis especiais, do início ao final da instrução	101
5.1. Preliminares	101
5.2. Argumentos e a evolução da posição do STF	102
5.3. Fundamentos: a máxima eficácia e a dimensão objetiva dos direitos fundamentais	107
5.4. Conclusão	112
6. Inviolabilidade de domicílio em caso de flagrante delito	113
6.1. Preliminarmente	113
6.2. O direito fundamental à inviolabilidade de domicílio	114
6.3. A restrição do flagrante e o controle judicial no processo penal: para além do mantra da permanência.....	124
6.4. Síntese conclusiva	140
Bibliografia	151